

Empresa
Amazonense de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias**

31 de dezembro de 2017

Com relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Ativo Imobilizado**

Nota Explicativa n.º 3 e n.º 5 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial na rubrica ativo imobilizado o montante de R\$ 414.768 mil relativo aos seus ativos de transmissão. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Obtivemos ainda a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Outros assuntos

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma



garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	40.150	30.249
Concessionárias e Permissionárias	4	32.146	40.689
Serviços em Curso		9.956	7.886
Tributos Compensáveis		255	213
Despesas Pagas Antecipadamente		24	3
Outros Ativos Circulantes		6.573	5.724
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	4.487	3.841
Depósitos Judiciais e Cauções		289	282
Outros Ativos Não Circulantes		690	692
Participações Societárias Permanentes Imobilizado		371.921	371.592
Intangível	5.1	414.768	438.899
	5.2	15.108	16.320
Total do Ativo		896.367	916.390
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		2.361	2.637
Debêntures	6.1	136.482	187.601
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.141	1.666
Tributos		32.100	21.964
Encargos Setoriais		16.573	15.248
Outros Passivos Circulantes		23.753	28.081
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	6.1	323.140	386.416
Provisão para Litígios	7	185	190
Tributos Diferidos		2.217	2.217
Outros Passivos Não Circulantes		3.038	13.768
Total do Passivo		541.990	659.788
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	559.008	531.545
Reservas de Lucros	8.2	(204.631)	(274.943)
Total do Patrimônio Líquido		354.377	256.602
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		896.367	916.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	388.592	399.684
(-) Parcela Variável	9	(1.308)	(2.988)
Tributos			
PIS-PASEP		(2.585)	(2.617)
Cofins		(11.928)	(12.080)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(3.591)	(3.673)
Reserva Global de Reversão - RGR		(10.069)	(10.296)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.549)	(1.584)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		357.562	366.446
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		357.562	366.446
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(11.970)	(12.364)
Material		(557)	(476)
Serviços de Terceiros		(11.490)	(11.607)
Arrendamento e Aluguéis		(555)	(545)
Seguros		(217)	(213)
Doações, Contribuições e Subvenções		(2.342)	(1.817)
Tributos		(262)	(251)
Depreciação e Amortização		(26.536)	(26.854)
Outras Receitas Operacionais		8	-
Resultado da Atividade		303.641	312.319
Equivalência Patrimonial		54.840	46.679
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(56.356)	(85.136)
Receitas Financeiras		4.057	3.901
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		306.182	277.763
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(32.550)	(19.436)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		273.632	258.327
Resultado Líquido do Exercício		273.632	258.327
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		273.632	258.327
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261	2,807902
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261	2,807902
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261	2,807902
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261	2,807902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do Exercício	273.632	258.327
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>273.632</u>	<u>258.327</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	273.632	258.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	495.628	(243.931)	-	251.697
Aumento de Capital Social	35.917	(35.917)	-	-
Incentivos Fiscais	-	27.463	(27.463)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(100.536)	-	(100.536)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	258.327	258.327
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	7.184	(7.184)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(47.740)	(47.740)
Dividendos	-	(4.034)	(101.112)	(105.146)
Reserva para Investimentos	-	74.828	(74.828)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	531.545	(274.943)	-	256.602
Aumento de Capital Social	27.463	(27.463)	-	-
Incentivos Fiscais	-	22.923	(22.923)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(45.656)	-	(45.656)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	273.632	273.632
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	5.493	(5.493)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(48.068)	(48.068)
Dividendos	-	44.145	(126.278)	(82.133)
Dividendos Adicionais Propostos	-	70.870	(70.870)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	559.008	(204.631)	-	354.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	273.632	258.327
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	2.321	2.160
Depreciação	24.215	24.694
Equivalência Patrimonial	(54.840)	(46.679)
Imposto de Renda e Contribuição Social	32.550	19.436
Juros e Variações Monetárias	56.014	84.322
Outros	10	(3)
	333.902	342.257
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários	7.897	(2.329)
Depósitos Vinculados a Litígios	(7)	271
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42)	288
Tributos Compensáveis	-	(1)
Outros	(2.199)	(1.090)
	5.649	(2.861)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	1.280	1.669
Fornecedores Setoriais	(276)	1.078
Litígios	(5)	(122)
Salários e Encargos Sociais	475	-
Tributos e Contribuição Social	(4.959)	(2.020)
Outros	(15.765)	(6.249)
	(19.250)	(5.644)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(58.666)	(80.037)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(16.961)	(22.930)
	244.674	230.785
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	(1.731)	-
Imobilizado	(598)	(549)
Intangível	(94)	(282)
Proventos Recebidos	54.495	36.795
	52.072	35.964
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	69.477	179.587
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(180.464)	(181.410)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(175.858)	(283.164)
	(286.845)	(284.987)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.901	(18.238)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	30.249	48.487
No fim do exercício	40.150	30.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EATE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e esclarecimentos prestados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Aneel que confirmam a não obrigatoriedade de preparação das práticas de consolidação de controladas, e permitem o cálculo da equivalência patrimonial de investimentos com base nas suas demonstrações contábeis societárias, todavia, a Companhia realizou o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou

divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto Concessionárias e permissionárias são classificadas como “ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Ágio na aquisição de investimentos:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e

passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação:

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCR I Ç Ã O - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	32.146	423	726	453	2.885	36.633	44.530
TOTAL	32.146	423	726	453	2.885	36.633	44.530

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	727.629	-	(37)	(1.392)	-	726.200	(1.429)	(332.008)	394.192	419.725
Terrenos	13	-	-	-	-	13	-	-	13	13
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.531	-	-	-	-	3.531	-	(1.896)	1.635	1.764
Máquinas e Equipamentos	721.944	-	-	(1.483)	-	720.461	(1.483)	(328.768)	391.693	416.823
Veículos	2.096	-	(37)	91	-	2.150	54	(1.323)	827	1.099
Móveis e Utensílios	45	-	-	-	-	45	-	(21)	24	26
Administração	892	-	-	108	-	1.000	108	(694)	306	280
Máquinas e Equipamentos	367	-	-	105	13	485	105	(391)	94	47
Veículos	525	-	-	3	(13)	515	3	(303)	212	233
Subtotal	728.521	-	(37)	(1.284)	-	727.200	(1.321)	(332.702)	394.498	420.005
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	18.635	593	-	1.392	(494)	20.126	1.985	-	20.126	18.635
Máquinas e Equipamentos	1.540	133	-	1.483	(494)	2.662	1.616	-	2.662	1.540
Outros	17.095	460	-	(91)	-	17.464	369	-	17.464	17.095
Administração	259	5	-	(108)	(12)	144	(103)	-	144	259
Máquinas e Equipamentos	117	4	-	(105)	(14)	2	(101)	-	2	117
Outros	142	1	-	(3)	2	142	(2)	-	142	142
Subtotal	18.894	598	-	1.284	(506)	20.270	1.882	-	20.270	18.894
Total do Ativo Imobilizado	747.415	598	(37)	-	(506)	747.470	561	(332.702)	414.768	438.899

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	2.626	-	189	-	2.815	189	(1.486)	1.329	1.178
Softwares	1.448	-	189	-	1.637	189	(1.486)	151	-
Outros	1.178	-	-	-	1.178	-	-	1.178	1.178
Administração	21.071	-	385	(14)	21.442	385	(8.269)	13.173	14.066
Softwares	1.655	-	385	(14)	2.026	385	-	2.026	1.655
Outros	19.416	-	-	-	19.416	-	(8.269)	11.147	12.411
Subtotal	23.697	-	574	(14)	24.257	574	(9.755)	14.502	15.244
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	730	59	(189)	-	600	(130)	-	600	730
Servidões	500	-	-	-	500	-	-	500	500
Softwares	17	58	-	-	75	58	-	75	17
Outros	213	1	(189)	-	25	(188)	-	25	213
Administração	346	35	(385)	10	6	(350)	-	6	346
Softwares	346	35	(385)	10	6	(350)	-	6	346
Subtotal	1.076	94	(574)	10	606	(480)	-	606	1.076
Total do Ativo Intangível	24.773	94	-	(4)	24.863	94	(9.755)	15.108	16.320

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão	3,36%	726.200	(332.008)	394.192	419.725
Custo Histórico	3,36%	726.200	(332.008)	394.192	419.725
Administração	15,08%	1.000	(694)	306	280
Custo Histórico	15,08%	1.000	(694)	306	280
		727.200	(332.702)	394.498	420.005
Em curso					
Transmissão	-	20.126	-	20.126	18.635
Administração	-	144	-	144	259
		20.270	-	20.270	18.894
		747.470	(332.702)	414.768	438.899

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	137	-	137
Móveis e Utensílios	4	-	4
A Ratear	-	54	54
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	111	-	111
Material em Depósito	201	-	201
Outros	91	-	91
Total das Adições	544	54	598

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Versão enterprise edition licenciamento por usuário nomeado sem mídia	200
2. Software in forma	190
3. Veículo L200 triton 3.2 diesel MT/GL - placa: OJH4194	91
4. Gastos com melhoria do RM - TOTVS	60
5. Serviços de processamento de dados	49
6. Lamina Blade (PN:727021-B21-HP BL460C GEN9 10GB/20GB) e (PN:726719-B21-HP 16GB 2RX4 PC4-2133P-R KIT MEMPC4-2133P-R K1)	35
7. Licença de Software - SQLSVRSTDCORE 2016 SNGL OLP2LIC NL CORELIC QLFD	29
8. Servidor HP BL460C, 2 processadores 8-Core E5-2640V2, 128 GB NEM, HBA	25
9. Ar condicionado modelo 38 kcd 24515	23
10. Software Gerenciamento Bladesystem	16

5.7 As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:
Controladora

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Automóvel Gol 1.6 placa: NXP7644	37

6 Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
																	2019	2020	2021	2022	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.658	132.824	323.140	459.622												199.288	43.209	69.203	11.440	323.140
2.1	Debentures Simples A - Banco Itaú S.A.	258	83.005	20.841	104.104	Sim	mar-14	Não há	CDI	1,15%	19/03/18	Trimestral	17/03/17	17/03/19	Trimestral	SAC	20.841	-	-	-	20.841
2.2	Debentures Simples A - Banco Itaú S.A.	1.125	37.379	65.448	103.952	Sim	ago-14	Não há	CDI	109,75%	07/02/18	Trimestral	07/02/17	07/09/20	Trimestral	SAC	37.394	28.054	-	-	65.448
2.3	Debêntures 3ª emissão Contrato EATE15 (70%)	606	(86)	125.941	126.461	Sim	set-16	Não há	CDI	113,00%	08/01/18	Mensal	06/01/17	06/09/19	Mensal	SAC	125.941	-	-	-	125.941
2.4	Debêntures 3ª emissão Contrato EATE25 (30%)	257	(22)	53.938	54.183	Sim	set-16	Não há	CDI	116,00%	08/01/18	Mensal	06/01/17	06/09/21	Mensal	SAC	(23)	(23)	53.984	-	53.938
2.5	Debêntures 3ª emissão	1.402	12.548	56.972	70.922	Sim	set-17	Não há	CDI	107,75%	26/03/18	Mensal	26/03/18	26/09/22	Mensal	SAC	15.135	15.178	15.219	11.440	56.972
8	Total por Dívida	3.658	132.824	323.140	459.622												199.288	43.209	69.203	11.440	323.140
8.1	Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																				
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.658	132.824	323.140	459.622												199.288	43.209	69.203	11.440	323.140

As cláusulas restritivas das debêntures da Companhia atualizadas pelo IGPM estão relacionadas à dívida líquida e em 31 de dezembro de 2017 atualizadas pelo IGPM no limite de R\$ 1.222.950, R\$ 1.415.000, R\$ 1.239.726 e R\$ 1.231.600 para a 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures respectivamente.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2017, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	40.150	40.150
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	40.150	40.150
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	31	31
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	22.067	22.067
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	18.052	18.052

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
11	(+) Dívida Bruta	3.658	132.824	323.140	459.622	574.017
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.658	132.824	323.140	459.622	574.017
12	(-) Ativos Financeiros	-	(40.150)	-	(40.150)	(30.249)
12.1	Alta Liquidez	-	(40.150)	-	(40.150)	(30.249)
13	(+) Dívida Líquida I	3.658	92.674	323.140	419.472	543.768
15	(+) Dívida Líquida II	3.658	92.674	323.140	419.472	543.768

7 Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2016	190	190
Constituição	24	24
Baixas	(29)	(29)
Saldos em 31/12/2017	185	185
Não Circulante	185	185

8 Patrimônio Líquido

8.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 559.008, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Alupar Investimento S.A.	46.020	50,02	44.012	50,01	90.032	50,02
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.980	49,98	43.988	49,99	89.968	49,98
	92.000	100,00	88.000	100,00	180.000	100,00

8.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	111.801	106.309
Reserva especial para incentivos fiscais	22.923	27.463
Outras	(339.355)	(408.715)
	(204.631)	(274.943)

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.
- **Reserva de incentivo fiscal:** em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a EATE constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$ 22.923 (R\$ 27.463 em 2016).
- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

9 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	387.284	396.696
Total	387.284	396.696

10 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	9.723	9.980
Remuneração	5.374	5.205
Encargos	1.959	1.855
Previdência privada	171	220
Assistência médica	561	665
Despesas rescisórias	21	212
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.192	1.365
Outros	445	458
Administradores	2.247	2.384
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.433	1.344
Benefícios dos administradores	814	1.040
Total	11.970	12.364

11 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	306.182	277.763
Juros sobre Capital Próprio	(48.068)	(47.740)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	87.759	78.208
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(18.646)	(15.871)
Incentivos fiscais	(21.118)	(27.463)
Despesas e Provisões Indedutíveis	1.259	1.945
Depreciação	8.380	8.536
Receitas Regulatórias	(38.954)	(21.218)
Materiais	(48)	(190)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	16.003	(2.879)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(2.061)	(1.608)
Outros	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	32.550	19.436
Taxa efetiva	10,63%	7,00%

12 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	40.150	-	40.150	30.249	-	30.249
Concessionárias e Permissionárias	4	32.146	(32.146)	-	40.689	(40.689)	-
Serviços em Curso		9.956	-	9.956	7.886	-	7.886
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	304.316	304.316	-	422.325	422.325
Tributos Compensáveis		255	-	255	213	-	213
Despesas Pagas Antecipadamente		24	-	24	3	-	3
Outros Ativos Circulantes		6.573	-	6.573	5.724	-	5.724
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	4.487	(4.487)	-	3.841	(3.841)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		289	-	289	282	-	282
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	452.146	452.146	-	442.328	442.328
Outros Ativos Não Circulantes		690	6.284	6.974	692	6.283	6.975
Participações Societárias Permanentes		371.921	155.977	527.898	371.592	147.603	519.195
Imobilizado	5.1	414.768	(414.317)	451	438.899	(438.359)	540
Intangível	5.2	15.108	(1.930)	13.178	16.320	(1.909)	14.411
Total do Ativo		896.367	465.843	1.362.210	916.390	533.741	1.450.131

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

		31/12/2017			31/12/2016		
Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores	2.361	-	2.361	2.637	-	2.637	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	136.482	-	136.482	187.601	-	187.601	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.141	-	2.141	1.666	-	1.666	
Tributos	32.100	-	32.100	21.964	-	21.964	
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	
Encargos Setoriais	16.573	-	16.573	15.248	-	15.248	
Outros Passivos Circulantes	23.753	(13.241)	10.512	28.081	(16.791)	11.290	
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	323.140	-	323.140	386.416	-	386.416	
Provisão para Litígios	185	-	185	190	-	190	
Tributos Diferidos	2.217	98.907	101.124	2.217	109.929	112.146	
Outros Passivos Não Circulantes	3.038	(3.038)	-	13.768	(13.768)	-	
Total do Passivo	541.990	82.628	624.618	659.788	79.370	739.158	
Patrimônio Líquido							
Capital Social	559.008	-	559.008	531.545	-	531.545	
Reservas de Lucros	(204.631)	383.215	178.584	(274.943)	454.371	179.428	
Total do Patrimônio Líquido	354.377	383.215	737.592	256.602	454.371	710.973	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	896.367	465.843	1.362.210	916.390	533.741	1.450.131	

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

Notas	31/12/2017			31/12/2016				
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário		
Operações em Continuidade								
Receita / Ingresso								
	Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	388.592	(388.592)	-	399.684	(399.684)	-
	Receita de Operação e Manutenção		-	27.508	27.508	-	27.684	27.684
	Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	246.512	246.512	-	309.593	309.593
	(-) Parcela Variável	9	(1.308)	-	(1.308)	(2.988)	-	(2.988)
Tributos								
	PIS-PASEP		(2.585)	-	(2.585)	(2.617)	-	(2.617)
	Cofins		(11.928)	-	(11.928)	(12.080)	-	(12.080)
Encargos - Parcela "A"								
	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(3.591)	-	(3.591)	(3.673)	-	(3.673)
	Reserva Global de Reversão - RGR		(10.069)	-	(10.069)	(10.296)	-	(10.296)
	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.549)	-	(1.549)	(1.584)	-	(1.584)
Receita Líquida / Ingresso Líquido								
			357.562	(114.572)	242.990	366.446	(62.407)	304.039
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis								
			357.562	(114.572)	242.990	366.446	(62.407)	304.039
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"								
	Pessoal e Administradores	10	(11.970)	-	(11.970)	(12.364)	-	(12.364)
	Material		(557)	(141)	(698)	(476)	(558)	(1.034)
	Serviços de Terceiros		(11.490)	-	(11.490)	(11.607)	-	(11.607)
	Arrendamento e Aluguéis		(555)	-	(555)	(545)	-	(545)
	Seguros		(217)	-	(217)	(213)	-	(213)
	Doações, Contribuições e Subvenções		(2.342)	-	(2.342)	(1.817)	-	(1.817)
	Tributos		(262)	-	(262)	(251)	-	(251)
	Depreciação e Amortização		(26.536)	24.648	(1.888)	(26.854)	25.105	(1.749)
	Outras Receitas Operacionais		8	(8)	-	-	-	-
Resultado da Atividade								
			303.641	(90.073)	213.568	312.319	(37.860)	274.459
Equivalência Patrimonial								
			54.840	7.896	62.736	46.679	15.896	62.575
Resultado Financeiro								
	Despesas Financeiras		(56.356)	-	(56.356)	(85.136)	-	(85.136)
	Receitas Financeiras		4.057	-	4.057	3.901	-	3.901
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro								
	Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(32.550)	11.022	(21.528)	(19.436)	(3.174)	(22.610)
	Resultado Líquido das Operações em Continuidade		273.632	(71.155)	202.477	258.327	(25.138)	233.189
Resultado Líquido do Exercício								
Atribuível Aos:								
	Acionistas Controladores		273.632	(71.155)	202.477	258.327	(25.138)	233.189
	Acionistas Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro Por Ação								
	Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261		2,200837	2,807902		2,534663
	Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261		2,200837	2,807902		2,534663
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade								
	Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261		2,200837	2,807902		2,534663
	Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		2,974261		2,200837	2,807902		2,534663

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

13.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

13.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

13.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

13.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

13.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	737.592	710.973
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(482.122)	(564.300)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	98.907	109.929
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	354.377	256.602

13.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	202.477	233.189
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	82.177	21.964
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(11.022)	3.174
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	273.632	258.327